



Câmara Municipal

**Reunião pública do Executivo Municipal, a realizar no dia 9 de fevereiro de 2026,
pelas 14h30**

ORDEM DO DIA

- **BALANCETE**
- **INFORMAÇÕES**
 - **INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE**
- **DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE**
- **DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**
- **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE**
- **DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO**
- **DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL**
- **DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA**
- **DIVISÃO FINANCEIRA**

Tomar, 4 de fevereiro de 2026

O Presidente da Câmara Municipal

Tiago Carrão



Câmara Municipal



Ordem do Dia

Data: 2026-02-09

Início: 14h30

Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho

INFORMAÇÕES:

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:

N.º 01 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025 (32/PGEN/DAJA/2026 - 11/ORGFUN/PR/2013)

Proposta do Presidente referente aos despachos efetuados no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 7 de novembro de 2025.

Proposta: tomar conhecimento.

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:

N.º 02 – PARTICIPAÇÃO DA CONFRARIA GASTRONÓMICA DOS TEMPLÁRIOS EM CAPÍTULOS NACIONAIS DE OUTRAS CONFRARIAS GASTRONÓMICAS E ENÓFILAS (162/ENTE/DAJA/2026 - 2/PEDID/DTC/2015)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, na sequência da informação n.º 108/2026 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude, autorizou a entrega de três lembranças do Município à Confraria Gastronómica dos Templários para oferta às entidades organizadoras dos Capítulos do Bacalhau, dos Rojões Papas de Sarrabulho e do Vinho de Lamas, nos meses de janeiro e fevereiro.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 39/DADJ/2026, de 22 de janeiro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal



N.º 03 – UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Jogos oficiais – época 2024/2025 (3/PPRC/DADJ/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal, pelos fundamentos apresentados, a isenção do pagamento do preço de utilização das instalações desportivas municipais, para realização dos jogos oficiais das modalidades de Hóquei em Patins, Basquetebol, Ténis de Mesa, Futebol 11 e Futebol 7, na época 2024-2025, no valor global de 1.465,83€ (mil, quatrocentos e sessenta e cinco euros e oitenta e três cêntimos), nos termos da informação n.º 115/2026 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude.

Proposta de Deliberação: isentar do pagamento do preço de utilização das instalações municipais, para a realização dos jogos indicados, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais, atendendo a que a realização dos jogos oficiais constitui uma atividade relevante e de manifesto interesse para o Município e se reconhece que esta atividade contribui para a promoção da prática desportiva federada, para a valorização das associações do concelho, para a divulgação das instalações desportivas municipais e para a dinamização económica e social do território.

N.º 04 – UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Jogos de Tomar 2025/2026 (2/PPRC/DADJ/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de plafond para cedência gratuita de instalações desportivas municipais aos Agrupamentos de Escolas Templários e Nuno de Santa Maria, e à Escola Profissional de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 97/2026 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude.

Proposta de Deliberação: isentar o Agrupamento de Escolas Templários (Escola Secundária Jácome Ratton, Escola EB 2/3 Gualdim Pais e Escola EB 2/3 Santa Iria), o Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria (Escola Secundária Santa Maria do Olival e Escola EB 2/3 Dom Nuno Álvares Pereira) e a Escola Profissional de Tomar do pagamento devido pela utilização das instalações desportivas municipais até ao montante de 900,00€, 600,00€ e 300,00€, respetivamente, considerando a relevância do evento e o apoio ao fomento da prática desportiva e ao desenvolvimento do Desporto Escolar.

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

N.º 05 – BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO – dados estatísticos do ano de 2025 (12/PGEN/DAJA/2026)

Proposta da Vereadora Célia Bonet referente à informação n.º 98/DAJA/2026 e aos dados estatísticos do Balcão Único de Atendimento relativos ao segundo semestre do ano de 2025.

Proposta: tomar conhecimento.



Câmara Municipal



N.º 06 – TERTÚLIAS COM MÚSICA AO VIVO NA SOCIEDADE BANDA REPUBLICANA MARCIAL NABANTINA – isenção de taxas (24/AGEN/DAJA/2026 - 2/DIVER/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à realização de tertúlias com música ao vivo na sede da Sociedade Banda Republicana Marcial Nabantina, nos dias 31 de janeiro e 7 de março, nos termos e fundamentos da informação n.º 342/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: considerando a relevância do evento, isentar as taxas, no valor de 20,00€ (vinte euros), ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:

N.º 07 – REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA MUNICIPAL DE TOMAR (1/PPRC/DEISA/2025 - 5/PROJPAR/DEISA/2024)

Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet submetendo a apreciação do Executivo Municipal, na sequência da deliberação tomada a 3 de fevereiro de 2025, a Carta Educativa Municipal de Tomar, alterada de acordo com a pronúncia da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, nos termos e fundamentos da informação da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente.

Proposta de Deliberação: submeter a Carta Educativa Municipal de Tomar, constante do documento designado "Revisão CE Tomar_Final.pdf" a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:

N.º 08 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Rodney Howard Skeet (293/ECER/DGT/2025 - 334/EDIF/DGT/2025)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 623,00 m², a destacar do prédio rústico sito em rua Manuel Vicente Hilário, Freguesia de Serra, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 6726/20070207, requerida por Rodney Howard Skeet, nos termos e fundamentos das informações n.º 593/2026 e n.º 1543/2026 da Divisão de Gestão do Território.

Proposta de Deliberação: autorizar a certificação de destaque nos termos e fundamentos das referidas informações.



Câmara Municipal



N.º 09 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Paula Georgina Pires Marques e Rosa Maria Pires Marques (435/ECER/DGT/2025 - 534/EDIF/DGT/2025)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 840,00 m², a destacar do prédio misto sito em rua Casa Nova, Cem Soldos, União das Freguesias de Madalena e Beselga, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 6048/20250218, requerida por Paula Georgina Pires Marques e Rosa Maria Pires Marques, nos termos e fundamentos das informações n.º 1720/2026 e n.º 1790/2026 da Divisão de Gestão do Território.

Proposta de Deliberação: autorizar a certificação de destaque nos termos e fundamentos das referidas informações.

N.º 10 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade (5/EALV/DGT/2026 - 465/EDIF/DGT/2025)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 465/EDIF/DGT/2025, onde prossegue o Processo n.º 453/2010, em que é requerente António Ferreira Marques, relativo ao licenciamento para construção de edifício habitacional e muro de vedação em Terra das Almas, Vales, Freguesia de Junceira, submetendo a aprovação do Executivo Municipal, na sequência do pedido de emissão da licença de construção e liquidação das taxas devidas, no período de audiência prévia concedido por deliberação de 15 de dezembro de 2025, o prosseguimento do processo, nos termos e fundamentos da informação n.º 1338/2026 da Divisão de Gestão do Território.

Proposta de Deliberação: não declarar em definitivo a caducidade do licenciamento e sequentemente se emita a licença requerida.

N.º 11 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de nulidade de despacho de caducidade e arranjo de frentes de terrenos (902/JUEL/DGT/2025 - 202/EDIF/DGT/2023)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 202/EDIF/DGT/2023, em que é requerente Ana Constança Pardal Monteiro Reis, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da nulidade do despacho que declarou a intenção de caducidade do licenciamento para legalização de obras de construção de edifício destinado a arrumos/arrecadação, em Maxial, Freguesia de Junceira, e a manutenção dos alinhamentos existentes, nos termos e fundamentos da informação n.º 17543/2025 da Divisão de Gestão do Território.

Proposta de Deliberação: declarar a nulidade do despacho que declarou a intenção de caducidade do licenciamento, ao abrigo do n.º 2 do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo, com os fundamentos da alínea g) do n.º 1 do mesmo artigo e diploma;

Aprovar a manutenção dos alinhamentos existentes, ao abrigo do n.º 3 do artigo 22.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e de Taxas do Município de Tomar (RMUE).



Câmara Municipal



N.º 12 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de nulidade de despacho de caducidade (39/JUEL/DGT/2026 - 72/EDIF/DGT/2023)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 72/EDIF/DGT/2023, em que é requerente Alfredo Duarte Freire, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da nulidade do despacho que declarou a intenção de caducidade do licenciamento para legalização de alteração de habitação unifamiliar sita em rua Conde de Tomar, n.º 52, em Algarvias, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, nos termos e fundamentos da informação n.º 1444/2026 da Divisão de Gestão do Território.

Proposta de Deliberação: declarar a nulidade do despacho que declarou a intenção de caducidade do licenciamento, ao abrigo do n.º 2 do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo, com os fundamentos da alínea g) do n.º 1 do mesmo artigo e diploma.

N.º 13 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade (18/PROR/DGT/2024 - 344/EDIF/DGT/2019)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 344/EDIF/DGT/2019, em que é requerente João Carlos Maia Aranha, submetendo a aprovação do Executivo Municipal, na sequência da deliberação tomada a 18 de março de 2024, a declaração em definitivo da caducidade do licenciamento de obras em prédio sito na rua Camões, em Sobrado, Roda Pequena, Freguesia de Asseiceira, tituladas pelo alvará de licença n.º 181/2022, nos termos e fundamentos da informação n.º 1374/2026 da Divisão de Gestão do Território.

Proposta de Deliberação: declarar em definitivo a caducidade do licenciamento, ao abrigo do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação.

N.º 14 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade (492/JUEL/DGT/2024 - 528/EDIF/DGT/2023)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 528/EDIF/DGT/2023, em que são requerentes Maria João António da Silva e Joviana Irina da Silva Viana, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para reconstrução e alteração de habitação unifamiliar, sita na Rua 2, n.º 2, em Peralva, Freguesia de Paialvo, nos termos e fundamentos da informação n.º 1376/2026 da Divisão de Gestão do Território.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, ao abrigo do número 6 do artigo 20.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.



Câmara Municipal

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:

N.º 15 – PROTOCOLOS COM A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – atividade no ano de 2025 (186/ENTE/DAJA/2026)

Proposta do Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal informação relativa à atividade da Cruz Vermelha Portuguesa no mês de dezembro, no âmbito dos protocolos com vista à manutenção e ampliação da Estrutura Operacional de Emergência no concelho de Tomar e à cedência de duas ambulâncias de transporte de doentes não urgentes.

Proposta: tomar conhecimento.

N.º 16 – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL – dados estatísticos referentes ao ano de 2026 (1/PPRC/GMV/2026)

Proposta do Vereador Samuel Fontes submetendo a apreciação do Executivo Municipal os dados estatísticos do Centro de Recolha Oficial relativos ao mês de janeiro, elaborados pelo Gabinete Médico Veterinário.

Proposta: tomar conhecimento.

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:

N.º 17 – ATIVIDADE TEAM BUILDING COM TEMÁTICA TEMPLÁRIA – oferta de material promocional (415/ENTE/DAJA/2026 - 2/PEDID/DTC/2015)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, na sequência da informação n.º 143/2026 da Divisão de Turismo e Cultura, autorizou a oferta de sacos promocionais do Município de Tomar aos participantes em atividade de Team Building com a temática templária.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 58/DTC/2026, de 23 de janeiro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 18 – APOIO A REALIZAÇÃO E RODAGEM DE UMA CURTA-METRAGEM ACADÉMICA NA CIDADE DE TOMAR (623/ENTE/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, na sequência do pedido da Universidade Católica Portuguesa — Escola das Artes, e da informação n.º 189/2026 da Divisão de Turismo e Cultura, autorizou a prestação de apoio à realização da gravação de Curta Académica, cujas filmagens decorrem em Tomar, no período de 6 a 10 de fevereiro.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 208/DAJA/2026, de 3 de fevereiro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal



N.º 19 – DOAÇÃO DE CAIXAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS – COLEÇÃO VISITÁVEL (25/PGEN/DTC/2026 - 9/ESPEQ/DTC/2014)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 180/2026 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação de caixas de fósforos que Else Alves de Carvalho Figueira, pretende doar ao Museu dos Fósforos - coleção visitável, cujo valor se desconhece.

Proposta de Deliberação: aceitar a doação, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 20 – DOAÇÃO DE CAIXAS E CARTEIRAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS – COLEÇÃO VISITÁVEL (16/PGEN/DTC/2026 - 9/ESPEQ/DTC/2014)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 209/2026 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação de caixas e carteiras de fósforos que Jean-Pierre Lecocq pretende doar ao Museu dos Fósforos - coleção visitável, cujo valor se desconhece.

Proposta de Deliberação: aceitar a doação, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 21 – DOAÇÃO DE CAIXAS E CARTEIRAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS – COLEÇÃO VISITÁVEL (6/PGEN/DTC/2026 - 9/ESPEQ/DTC/2014)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 218/2026 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação de caixas e carteiras de fósforos que Teresa Vaz pretende doar ao Museu dos Fósforos - coleção visitável, cujo valor se desconhece.

Proposta de Deliberação: aceitar a doação, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

DIVISÃO FINANCEIRA:

N.º 22 – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TOMAR – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025 (590/ENTE/DAJA/2026)

Proposta do Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal a informação prestada pelo auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município de Tomar relativa ao primeiro semestre do ano transato, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Proposta: tomar conhecimento.